

ENTREVISTA COM ADRIANO CORREIA SILVA – PRESIDENTE DA ANPOF (2016-2018)

Entrevistador: Ricardo H. R. de Andrade

Adriano Correia Silva é presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) na gestão 2016-2018. É professor de ética e filosofia política da Universidade Federal de Goiás desde 2006. Atua como professor permanente nas pós-graduações em Filosofia da UFG e da UFES. Foi diretor da Faculdade de Filosofia da UFG (2013-2017). Conforme consta em seu Lattes, é graduado e mestre em Filosofia pela PUC-Campinas, com mestrado em Educação e doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Realizou estágio durante o doutorado na Universidade Nova de Lisboa, com bolsa da Fapesp (2000-2001). Foi professor e pesquisador visitante na The New School (Nova York, 2017, com bolsa CAPES), na Universidade Pontifícia Bolivariana (Medellin, 2017), Universidade de Barcelona (2017, com bolsa CNPq), na Universidad Nacional del Nordeste (Resistencia, Argentina, em 2015, com financiamento do Grupo Montevideo), na Freie Universität Berlin (em 2012, com bolsa CAPES/DAAD). Desenvolve pesquisas nas áreas de filosofia política e ética, discutindo principalmente as obras dos seguintes autores: Hannah Arendt, Michel Foucault, Immanuel Kant, Giorgio Agamben e Friedrich Nietzsche. É co-fundador e primeiro coordenador do GT em Filosofia Política Contemporânea, da ANPOF. Publicou vários artigos em periódicos, assim como capítulos de livros, no Brasil e no exterior, e traduções de textos filosóficos. O professor Adriano Correia tem dois livros publicados como organizador: “Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política” pela editora Forense Universitária, 2002; e “Hannah Arendt e a condição humana” pela editora Quarteto, 2006. Publicou, ainda, o livro “Hannah Arendt” pela editora Jorge Zahar, 2007; e é, também, autor do livro “Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira” pela Forense Universitária, 2014. Além disso, realizou, em 2010, a apresentação e revisão da tradução da obra “A condição humana” de Hannah Arendt (revista e reeditada em 2012). Embora o professor não seja especialista no tema “Filosofia no Ensino Médio”, questões relacionadas a esse tema sempre o preocupou em termos políticos e estratégicos, principalmente agora como presidente da ANPOF.

Ricardo H. R. Andrade: Adriano Correia, queremos agradecê-lo por aceitar nosso convite mesmo em ano de Encontro da ANPOF. Eu gostaria de colocar a primeira questão com uma breve contextualização histórica para situá-lo. A partir de Sílvio Romero (que em seu opúsculo de 1885 apresentava uma proposta de reforma curricular ao Colégio Pedro II na qual sugeria substituir os tópicos clássicos de filosofia pelo ensino da lógica) o ensino de filosofia no nível médio encontrou muitos adversários, questionamentos e críticas, mas também muitos defensores. Desde a década de 1970 até a promulgação da Lei 11.684 em 2008, as principais alegações a favor da filosofia como disciplina escolar foram: a) as conseqüências negativas da supressão da filosofia desde os anos de 1960; acreditava-se, também, que o ensino de filosofia: b) humanizaria o nível médio e contribuiria para superação de um tipo de pragmatismo imediatista e das tendências tecnocráticas; c) poderia tornar a experiência educativa mais interessante e agradável; d) contribuiria para o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica dos estudantes; e) aperfeiçoaria a capacidade de expressão oral e escrita; f) favoreceria o equacionamento de problemas existenciais; g) permitiria o acesso ao acervo cultural da humanidade; h) ajudaria a formar uma consciência de cidadania e assim colabora com o processo de democratização da sociedade; e por fim: i) favoreceria o cumprimento da missão educacional preconizada na legislação brasileira, sendo, portanto, absolutamente coerente com a mesma.¹ Entretanto, o posicionamento de José Arthur Giannotti contra o projeto do Padre Roque – que garantia a obrigatoriedade do ensino de filosofia e sociologia, e que foi vetado por FHC – se tornou um contraponto polêmico. Na ocasião, Giannotti argumentava que: a) não havia professores formados em número e qualidade suficientes para garantir algum nível de excelência no ensino; b) os estudantes brasileiros demonstravam enormes dificuldades para realizar as mais elementares operações de raciocínio, bem como para ler textos de jornais; c) a filosofia é algo que não se deve simplificar, sob pena de perder-se por completo. Tendo isso em vista, vale recordar que recentemente foi divulgado na imprensa os resultados de uma pesquisa, aparentemente esdrúxula, na qual o ensino de filosofia no nível médio figurava como causa do insucesso no aprendizado da matemática. Com a reforma do ensino médio o debate sobre a obrigatoriedade ressurgiu com mais força. O que você pensa sobre a necessidade de termos a obrigatoriedade do ensino de filosofia no nível secundário nos dias atuais? Em que medida o ensino de filosofia poderá favorecer a educação dos jovens brasileiros? Em sua opinião, quais são os argumentos que poderiam ainda sustentar uma defesa vigorosa da obrigatoriedade do ensino de filosofia no país diante

de uma reforma que privilegia a interdisciplinaridade? Nesses tempos sombrios que atravessamos, os antigos argumentos ainda continuam válidos ou serão necessários novos argumentos em favor da obrigatoriedade?

Adriano Correia: Agradeço a oportunidade da entrevista, que me permitirá articular com mais precisão as diretrizes da atuação da ANPOF no que concerne ao ensino de filosofia. No artigo 2º do Estatuto Social da ANPOF está definido que uma das principais finalidades da associação consiste em “estimular em todos os níveis a investigação filosófica no país e o debate acadêmico e cultural ligado à área”. Este documento, de 2013, revela o tardio, mas muito relevante interesse da associação pelo tema do ensino de filosofia. Este interesse vem se traduzindo, por exemplo, na realização da Anpof-Ensino Médio, mas também na participação ativa no debate em torno da presença da filosofia no ensino médio e, mais recentemente, no apoio ao PROF-Filo, também no que diz respeito à defesa da especificidade da avaliação do programa profissional em relação com os programas acadêmicos da área. A atual gestão deu continuidade a iniciativas de gestões anteriores e se posicionou inequivocamente a favor da presença da filosofia como disciplina no nível médio.

Em 20 abril de 2017, por ocasião da primeira reunião para a consolidação da Rede Iberoamericana de Filosofia (RIF), publicamos a Declaração de Salvador a Favor da Filosofia, que estabeleceu como uma das finalidades principais da atuação da RIF “defender em todo o âmbito territorial iberoamericano a presença dos estudos de Filosofia no sistema educativo”. Em consonância com os relatórios da Unesco intitulados “Filosofia e democracia no mundo” (1995) e “A filosofia, uma escola da liberdade” (2007), consideramos o estudo da filosofia, como exercício livre do pensamento e como reflexão crítica e plural, parte fundamental da formação dos jovens em uma cultura de tolerância e respeito. O diálogo com a história do pensamento, ademais, é fundamental para a situação dos jovens em sua própria época com uma mentalidade mais alargada e uma imaginação mais viva para pensar alternativas para nossa própria época.

É notável o quanto vem sendo bem-sucedida a experiência do ensino de filosofia desde a retomada da sua obrigatoriedade no nível médio, mesmo com dificuldades notáveis como a exígua carga horária. Dispomos de material didático de reconhecida qualidade e também de uma reflexão constante sobre a própria atividade em uma área de pesquisa cada vez mais vigorosa, a que reflete sobre o ensino de filosofia. Não penso

que os argumentos antigos em defesa do estudo de filosofia como mera erudição fazem sentido em nosso tempo. Além do desenvolvimento da capacidade de expressão articulada e de reflexão crítica, a filosofia vem contribuindo para um intercâmbio produtivo entre as várias áreas do saber sem perder a sua especificidade como disciplina. Considero um equívoco o lugar definido para a filosofia na reforma do ensino médio e no estágio atual de elaboração da BNCC. O potencial interdisciplinar da filosofia antes reforça sua necessidade como disciplina, principalmente se tivermos em conta a necessária capacitação profissional para seu ensino. As licenciaturas em filosofia têm sido fortalecidas, principalmente devido ao PIBID, e a experiência do PROF-Filo demonstra o quanto temos condições atualmente não apenas de formar com excelência os profissionais necessários para o ensino da disciplina como também de refletir sobre o próprio ensino e aprimorá-lo constantemente.

A filosofia é sim uma escola da liberdade e o seu ensino, ao contrário do que sustentam seus detratores, tem se mostrado muito eficaz para o desenvolvimento de capacidades fundamentais para uma cultura democrática, como o diálogo com diferentes perspectivas e a disposição para a crítica argumentada. Neste momento em que o ensino de filosofia sofre um ataque sistemático e obscurantista parece-nos mais evidente a falta que ela faz e fará.

Ricardo H. R. Andrade: João Vergílio Cuter publicou em 2016 na Coluna ANPOF o artigo “Por que não defendo a obrigatoriedade da filosofia no ensino médio”. Ele leva a entender que a defesa da comunidade filosófica possui uma motivação corporativa e empregatícia, e que não haveria melhores razões para defender o ensino da filosofia em lugar de qualquer outro componente como, por exemplo, música ou direito. Assim, por trás da demonstração de interesse autêntico pelo tema, existiria uma conveniência em garantir a cadeia de formação (filosofia na escola – licenciatura – pós-graduação) que já permitiu, entre outros ganhos, a ampliação dos programas de pesquisa no país. Você acredita que o interesse da comunidade acadêmica reunida na ANPOF é primordialmente corporativo ou os pesquisadores especializados em temas e autores realmente apostam na necessidade de se ensinar filosofia aos jovens brasileiros, não obstante as limitações de ordem estrutural que se apresentam nos sistemas de ensino? Em que sentido o ensino da filosofia no nível médio figura, juntamente com a internacionalização, como as duas principais prioridades da comunidade filosófica

nacional? Já que se disse alhures que provavelmente não seriam os mesmos a cuidar de ambas as tarefas.

Adriano Correia: A pluralidade de perspectivas, abordagens e escolas de pensamento no Brasil também se refletem, claro, na questão do ensino de filosofia. Não obstante, creio que hoje há uma ampla convergência na comunidade no sentido de compreender que o ensino de filosofia como disciplina apresenta uma pretensão legítima. A expansão universitária dos últimos anos e o crescimento exponencial da pós-graduação indica que teremos cada vez mais condições de formar os profissionais necessários para o ensino qualificado da filosofia no nível médio. A constituição progressiva dos estudos em ensino de filosofia como uma área de pesquisa revela também o compromisso da área com estar à altura dos desafios que a obrigatoriedade da filosofia como disciplina coloca.

Claramente os professores de filosofia defendem o ensino de filosofia como algo relevante para uma formação consistente dos jovens. Ainda que possam haver motivações corporativas, a justificativa da presença da disciplina ultrapassa em muito o âmbito estrito da defesa profissional da área. Seria muito pouco convincente defender a presença da filosofia como disciplina a partir de um interesse estritamente profissional – legítimo, não obstante. A defesa da filosofia como disciplina não é recente e nem responde a um anseio apenas local. Recentemente o Congresso dos Deputados da Espanha restituiu por unanimidade a presença da filosofia em todos os anos do ensino médio e em todos os itinerários formativos.

No documento da área de filosofia na CAPES constam como prioridades e como desafios o ensino de filosofia no nível médio e a internacionalização da nossa produção, algo que me parece consistente com a sensibilidade da área para estes desafios, que não são excludentes, ainda que não sejam necessariamente complementares. O compromisso da pós-graduação com o ensino, não apenas via ANPOF, vem contribuindo para a integração entre objetivos dos diversos níveis de ensino e de pesquisa. Boa parte dos pesquisadores interessados em pesquisas sobre ensino de filosofia são destacados pesquisadores nos diversos programas de pós-graduação em filosofia e isto tem se mostrado algo muito benéfico para a comunidade.

Ricardo H. R. Andrade: Entre a obrigatoriedade disciplinar ainda defendida pela ANPOF e a presença da filosofia como eixo temático – mais ou menos como

sugeria o ambíguo artigo 36 da LDB 9394/96 – você pensa que haveria alguma outra forma de inserção da filosofia no currículo do ensino médio no atual contexto da reforma do ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular-BNCC? Na hipótese de não ser vitorioso o pleito da obrigatoriedade, como você imagina o futuro do ensino de filosofia a partir do que se propõe na nova versão da Base Nacional Comum Curricular?

Adriano Correia: Penso que é muito difícil defender a presença da filosofia no ensino médio sem insistir em seu caráter disciplinar e, simultaneamente, em sua vocação interdisciplinar. A filosofia não é um mero elo de ligação entre os saberes como deixa entrever a formulação da LDB, o que não significa que, por sua própria natureza e por sua história, ela não possa ser um agente central de articulações interdisciplinares. Insistimos na filosofia como disciplina também porque esta nos parece ser a via mais efetiva para garantir que os conteúdos filosóficos sejam ministrados por um profissional formado na área, como deve ocorrer em todas áreas do saber.

Tanto a reforma do ensino médio quanto a BNCC possuem formulações demasiado vagas acerca da natureza do ensino dos saberes previstos para o ensino médio, incluídos aí os saberes filosóficos. Esta vagueza ultrapassa o nível da formulação abrangente que um documento desta natureza deve possuir. A supressão pura e simples do caráter disciplinar do ensino não me parece estabelecer a interdisciplinaridade, que não é, cabe notar, antagônica ao caráter disciplinar do ensino. Considerando a forma atual da formação dos professores e a indeterminação do caráter não disciplinar do ensino sugerido pela reforma e pelo estágio atual da BNCC, não podemos ser otimistas quanto ao aprimoramento da qualidade do ensino médio. A filosofia como saber e a pesquisa sobre o ensino de filosofia têm plenas condições de oferecer respostas criativas e eficazes em um cenário não disciplinar, mas penso ser difícil imaginar que o ensino de filosofia possa conservar sua especificidade e seu vigor em um marco de tamanha indeterminação.

Ricardo H. R. Andrade: Alguns filósofos da educação se queixam da indiferença dos filósofos acadêmicos quanto à qualidade da produção intelectual e aos próprios temas que interessam a essa comunidade; também acusam de tardio e

situacionista o interesse da ANPOF pelo ensino médio. Em 2003, vinte anos após sua fundação, no início do primeiro governo de Lula, a ANPOF aproxima-se, enfim, do Ministério da Educação-MEC para assumir, pouco a pouco, a orientação das políticas públicas relacionadas ao ensino de filosofia, que até então haviam sido cuidadas por grupos mais próximos aos Programas de Pós-Graduação em Educação. Em 2004 a ANPOF recebe o convite da Diretoria de Ensino Médio do MEC para analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio no que concerne ao ensino de filosofia. Em 2006 o MEC publica as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio com o texto sobre o ensino de filosofia também redigido por membros da ANPOF. E foi ainda neste ano de 2006 que finalmente surgiu na ANPOF o Grupo de Trabalho (GT) “Filosofar e ensinar a filosofar” como um espaço inaugural para discussão sobre essa temática, mas mesmo assim havia apenas um único membro atuando em um programa de pós-graduação em Filosofia.² Somente em 2012 iniciam-se os Encontros Nacionais da ANPOF Ensino Médio, um tipo de evento – majoritariamente frequentado por professores do ensino médio e alguns filósofos da educação – que acontece em separado e paralelamente ao encontro da comunidade acadêmica. Até hoje filósofos da educação e filósofos acadêmicos dificilmente publicam nos mesmos periódicos ou frequentam os mesmos eventos; e raramente esses últimos reconhecem às questões relacionadas ao ensino de filosofia algum genuíno interesse filosófico. Contudo, nos últimos anos têm crescido no Brasil uma demanda pela inclusão de novas pautas que reclamam da comunidade filosófica uma consideração sobre temas tais como o feminismo e o pensamento brasileiro, com seus matizes africanos, ameríndios e *decoloniais*, além de outras questões da agenda política nacional, até então invisíveis nas Faculdades de Filosofia. Esses grupos de filósofos, com o perfil político mais engajado, também têm relacionado esses temas com o ensino de filosofia nas escolas, propondo um debate mais civil e inclusivo da filosofia no espaço público. Diante disso, como você enxerga a atual configuração política da comunidade filosófica brasileira em termos de abertura e relacionamento com as mais recentes pautas da educação e dos direitos humanos? Como você vê a relação entre os filósofos acadêmicos e os filósofos da educação na condução das questões relacionadas ao ensino da filosofia? Você considera que a tendência tem sido de mais diálogo e aproximação entre historiadores e comentadores da filosofia, e filósofos da educação; ou a tendência tem sido de uma divisão mais explícitas das tarefas a cumprir? Na sua

gestão da ANPOF, neste último biênio, como ocorreu o diálogo com os filósofos da educação a respeito do ensino da filosofia?

Adriano Correia: Se em algum momento o interesse da Anpof pelo ensino e pela pesquisa sobre ensino de filosofia pôde ser tido como circunstancial, penso que seguramente não é o caso no momento presente, no qual a associação vem levando a cabo iniciativas bem-sucedidas, como a ANPOF-Ensino Médio. O GT Filosofar e Ensinar a Filosofar foi um dos cinco mais procurados do XVIII Encontro Nacional da ANPOF, ocorrido de 22 a 26 de outubro de 2018, e cerca de 10% das apresentações do evento, no GT, nas Sessões Temáticas “Ensino Médio” e “Filosofia e Ensino” e na Anpof-EM tinham conexão direta com o tema do ensino. Penso também que o impacto do PROF-Filo, a curto e médio prazos, será bastante abrangente sobre a comunidade filosófica nacional.

Ainda que haja resistências pontuais ao tema do ensino ou mesmo desinteresse por parte de pesquisadores da área, penso que em muito pouco tempo uma distinção entre filósofos acadêmicos e filósofos da educação será bastante diluída, uma vez que os filósofos da educação, parece-me, serão também percebidos como filósofos acadêmicos. Para que um prognóstico como este se confirme será fundamental refletir sobre a definição dos contornos filosóficos de uma área de pesquisa específica de ensino de filosofia. Obviamente nem todos têm de se interessar pela área, mas penso que o mais importante é que se intensifique a interlocução entre os pesquisadores e que as pesquisas sobre ensino de filosofia encontrem guarida na pesquisa acadêmica qualificada da nossa área.

Ricardo H. R. Andrade: A ANPOF tem se preocupado com a formação de professores nas licenciaturas em filosofia? Há algum debate ou proposta em curso visando aprimorar essa formação com o fito de favorecer a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras? Nesse sentido, como superar a cultura bacharelesca que leva ao desprestígio acadêmico da licenciatura como opção formativa na graduação?

Adriano Correia: Há um debate vivo em curso, principalmente no âmbito do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, sobre a formação dos professores. São também muitas as experiências com a formação nas licenciaturas a partir dos PIBIDs, infelizmente sempre em risco de desarticulação. No caso específico da universidade

onde trabalho, a UFG, conheço de perto uma experiência extraordinariamente bem-sucedida de pesquisa no âmbito da licenciatura sobre o ensino de filosofia, a despeito da pressão cada vez mais opressiva por uma concepção mais “prática” da formação para a docência. Penso que mais que superar uma cultura bacharelesca, que possivelmente não vive atualmente seus dias mais gloriosos, temos de assimilar as pesquisas relacionadas ao ensino de filosofia às pesquisas acadêmicas em filosofia. Infelizmente, o estado atual de desprestígio da carreira docente e as mudanças que devem ser promovidas pela BNCC implicarão diretamente na formação nas licenciaturas, e a anunciada mitigação da presença da disciplina filosofia no nível médio certamente atingirão nossas licenciaturas em filosofia. Não obstante, penso que temos hoje uma forte articulação na área de ensino de filosofia – que ultrapassa em muito o âmbito da ANPOF mas o inclui – que nos permite esperar que estejamos em condições de oferecer resistência e alternativas no contexto que está a se desenhar para o ensino médio. Continuaremos na ANPOF a fomentar o debate e a busca de articulação entre os pesquisadores da área de ensino de filosofia, ao mesmo tempo em que buscaremos atuar no plano político nacional no sentido de defender o ensino e a pesquisa da filosofia em todos os níveis de ensino.

Ricardo H. R. Andrade: Você já deixou claro nas respostas anteriores que as perspectivas para o ensino de filosofia nos próximos anos não são nada alvissareiras. No momento em que formulo esta pergunta ainda não foi definido o nome de quem vai gerir a pasta de Educação, contudo o futuro governo, durante esta tumultuada transição, tem ainda insistido em transferir as Universidades Federais para o âmbito da Ciência e da Tecnologia, fala-se também na aprovação de leis restritivas à liberdade dos professores, numa abordagem quase sempre reacionária em relação a educação em geral; recentemente o Presidente eleito afirmou que a prova do ENEM do próximo ano passará por seu crivo pessoal. Diante deste cenário de disparates e incertezas o que você diria para aqueles que estão envolvidos na tarefa do ensino da filosofia nas Universidades e nas escolas brasileiras? O que esperar? O que fazer?

Adriano Correia: Penso que temos de, antes de tudo, nos unir, nos articular e dar visibilidade a nossa atuação. Sabemos muito bem quão falsa e inverídica é a hipótese de que a filosofia e as demais disciplinas promovem doutrinação e que o estudo de humanidades é um penduricalho e mesmo um obstáculo na formação dos

estudantes. A nossa área, em especial, vem dedicando especial atenção à formação excelente dos professores que atuam na formação básica. Tivemos uma notável intensificação da reflexão filosófica sobre o ensino e além disto um amplo apoio ao aprofundamento dos estudos sobre ensinar filosofia no âmbito da pesquisa em nossa própria área – como era de se esperar, claro.

Estivemos à altura do desafio que nos foi colocado como área quando a filosofia se tornou uma disciplina obrigatória no nível médio. Os relatos das experiências com o ensino de filosofia nas várias partes do país são sempre alvissareiros, a despeito de problemas que temos sempre de enfrentar na área da educação, como a falta de investimento na educação e, especificamente na área de humanidades, a necessidade crescente de ter de justificar a própria existência e o sentido do ensino.

Temos de fomentar a criação de associações de professores (tanto em nível regional como nacional), dar visibilidade à atuação dos professores no ensino médio (incentivando a promoção de olimpíadas regionais e nacionais de filosofia, por exemplo) e apoiar e defender irrestritamente iniciativas como as dos mestrados profissionais em filosofia e ensino, em vias de consolidação e ao mesmo tempo ameaçados pelos recentes e caóticos desdobramentos na cena política. Temos de disputar espaço na cena cultural local e nacional e defender uma educação que seja formadora para a cidadania plena e a vida profissional, ao invés de mera fornecedora de indivíduos apenas treinados para estar a serviço do mercado, notadamente os economicamente mais frágeis. Muitas disputas excedem em muito o âmbito da nossa comunidade e das instituições representativas da nossa área, o que demandará uma articulação maior com comunidades e entidades representativas da área de humanidades, mas também com todos os defensores de uma educação qualificada, pública e gratuita, indispensável para a democracia e para uma cultura vigorosa – uma educação concebida como um direito e não uma mercadoria.

No caos dos pronunciamentos desencontrados e das iniciativas anunciadas para a área de educação pelo governo eleito, uma convergência que me parece clara é o deliberado propósito de criar um fosso entre o ensino médio público e a universidade pública: seja nas modificações no ENEM, dissimuladas como combate à doutrinação, mas antes de tudo no intuito de torná-lo um grande vestibular, ao gosto das escolas privadas e de boa parte do grupo social que elas atendem; seja na promoção do ensino público à distância, dissimulada como facilitação do acesso aos estudantes de áreas remotas, mas antes de tudo um grande mercado para muitos apoiadores do governo

eleito; seja na profissionalização precoce dos jovens da escola pública e na redução de oportunidades de se prepararem para o ensino superior; seja, enfim, no subfinanciamento da universidade, no combate às cotas de acesso e no corte de recursos para auxiliar a permanência dos ingressantes mais pobres, que são agora a maioria.

A educação é anunciada não como um direito, mas como um grande mercado e uma grande serviço do mercado. Isto representa a morte do ideário da escola pública do século XVIII que ainda são a fonte mais remota da concepção da educação como um direito. O acesso à universidade é concebido como um luxo a ser usufruído pelos que podem pagar, dissimulado na proposta populista de cobrança de mensalidade dos mais ricos – algo que não resolve minimamente os problemas de financiamento deliberadamente causados e de quebra implica em não conceber a educação universitária como um direito.

Por fim, a filosofia vive o triste protagonismo de ter um filósofo de formação indicado para o ministério da educação pelo ideólogo que forneceu à extrema direita pouco mais que um repertório de xingamentos a articular seu discurso. Foi anunciado como ministro o Professor Ricardo Vélez-Rodrigues, vinculado ao Instituto Brasileiro de Filosofia e ao grupo que gravitou em torno da revista *Convivium* – não à toa os mesmos que ocupam as cadeiras da Academia Brasileira de Filosofia –, um grupo olvidado e inexpressivo na cena acadêmica e cultural contemporânea e que quando desfrutou de certo protagonismo, notadamente no período da ditadura militar, demonstrou ficar muito à vontade junto ditadores e seus asseclas.

O anunciado ministro já informou que é a favor da perseguição aos professores nas escolas, do controle da pesquisa em humanidades e da extirpação do âmbito escolar de todas as abordagens “minoritárias” de gênero e multiculturais. Para estupor de muitos, recorre a Tocqueville e à tradição liberal para justificar uma escola que não acolhe a pluralidade dos modos de vida e a liberdade de opinião e de cátedra.

Não há dúvidas, mesmo nesse cenário de caos deliberada e involuntariamente produzido, que o futuro próximo será de arbitrariedades, perseguições, obscurantismos conduzidos por lideranças com formação cultural sofrível e olhar atrofiado para a pluralidade de perspectivas, mas será também de resistência e de defesa da diversidade que vem sendo a força de nossa área.

A filosofia, pela natureza da própria atividade filosófica, mas também como uma área de ensino e pesquisa vigorosa e consolidada em nosso país, terá um papel fundamental no debate e na luta contra esta vaga obscurantista e esta horda de odiadores

da reflexão, da cultura e do conhecimento. Não será fácil a resistência, mas não será simples a tarefa da repressão doutrinadora.

Ricardo H. R. Andrade: Adriano, gostaria muito de agradecer, em meu nome e também em nome dos editores da Revista *Kínesis*, sua generosidade e prontidão em nos conceder esta entrevista. Parabéns por sua reeleição na ANPOF e desejo boa sorte na condução dos seus trabalhos. Creio que nossa comunidade reconhece o seu talento e empenho na defesa de um ensino de filosofia com qualidade nas Universidades e escolas brasileiras nesses tempos difíceis. Muito obrigado!

Adriano Correia: Agradeço imensamente a gentileza do convite para esta entrevista e também a generosa atenção que me foi dispensada pelo Ricardo. Cumprimento aos organizadores do volume e a Revista *Kínesis*, com a qual já tive o prazer de colaborar algumas vezes, pela excelente iniciativa. Precisaremos estar dispostos e motivados para enfrentar estes tempos sombrios como já enfrentamos outros, com a força sempre renovada de quem está, pela reflexão, em busca do saber. Abraços cordiais!

¹ Utilizamos aqui parte do inventário feito pelo professor Renê José Trentin Silveira que em 1991 realizou uma compilação minuciosa dos argumentos favoráveis e desfavoráveis ao retorno da filosofia ao currículo em sua dissertação de mestrado: “Ensino de filosofia no segundo grau: em busca de um sentido”, disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251940>, última consulta em 21/11/2018.

² Conforme GELAMO, Rodrigo Pelloso. *O ensino da filosofia no limiar da contemporaneidade: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia?* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 35-6.